ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE , Vol 18 No. 4 Junho 2016

POLÍTICA 3
ELEIÇÕES 4
PATRIMÓNIO 5
ÁGUA-ENERGIA 6
GÉNERO-ENERGIA 7-10
INDUSTRIALIZAÇÃO 11
UNIÃO AFRICANA 12
CIMEIRA DA SADC 13
ELEIÇÕES 14
EVENTOS 15
HISTÓRIA HOJE 16

SADC avança a Agenda de Industrialização

por Joseph Ngwawi

A COMUNIDADE para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) está a considerar uma série de medidas corajosas para fazer avançar as aspirações dos Estados-Membros, conforme descrito na Estratégia e Roteiro de industrialização numa altura em que região caminha para assegurar que os seus esforços para transformar sua economia ganhem ímpeto.

A SADC está a desenvolver um plano de acção já orçamentado para a Estratégia e Roteiro de industrialização 2015-2063, que foi adoptada em Abril de 2015 para permitir que a região a aproveite todo o potencial dos seus vastos e diversificados recursos naturais.

O Plano de Acção visa estabelecer um regime de aplicação coerente e sinérgica contendo opções estratégicas e políticas gerais para a consecução progressiva das metas com prazos definidos na estratégia e no roteiro.

Funcionários seniores dos Estados Membros da SADC estiveram reunidos em Maio em Gaborone, Botswana, para discutir o Plano de Acção com o setor privado, grupos regionais de reflexão e Parceiros de Cooperação Internacional.

O plano incidirá sobre os primeiros 15 anos de vigência da estratégia, e tem como objectivo criar um ambiente propício para sustentar o desenvolvimento industrial como motor de transformação económica; e estabelecer uma aliança duradoura para a industrialização, composta pelos sectores público e privado, bem como parceiros estratégicos.

A estratégia e o roteiro de industrialização da SADC foi desenvolvida como uma modernização inclusiva a longo prazo e regime de transformação económica que deverá permitir o desenvolvimento económico substancial e sustentável para aumentar os padrões de vida.

Ela está ancorada em três pilares estratégicos interdependentes:

- ***Industrialização*** como a base da transformação económica;
- Maior ***competitividade***; e,
- Aprofundamento da ***integração*** regional.

Uma série de intervenções estratégicas para cada um destes pilares são propostos no Plano de Acção.

continua na página 2...

SADC avança a Agenda de Industrialização

No que tange a industrialização, as principais intervenções propostas incluem um melhor ambiente das políticas de desenvolvimento industrial, aumento do volume e eficiência dos investimentos públicos e privados na economia da SADC, criação de cadeias regionais de valor e participação em processos globais relacionados, bem como o aumento do valor acrescentado para produtos e serviços agrícolas e não-agrícolas.

Na área da melhoria do ambiente operacional, existem planos para desenvolver e operacionalizar um Protocolo da Indústria em 2020, o passa pelo desenvolvimento de políticas e estratégias de industrialização a nível nacional.

Os Estados-Membros que já dispõem de tais políticas e estratégias, precisam de efectuar uma revisão para que sejam alinhadas à estratégia e ao Roteiro de industrialização da SADC.

Os Estados-Membros serão obrigados a modernizar a sua industrial nacional até 2018 e implementar Programas de Modernização Industrial (IUMPs) até 2020.

Estes devem estar em consonância com o IUMP da SADC, que serve de base para uma abordagem sectorial para a industrialização na região, com foco na melhoria das capacidades de produção existentes, modernização das instalações produtivas, reforço da infra-estrutura de apoio institucional e fortalecimento da capacidade regional de investigação e inovação.

Há também uma meta de aumentar progressivamente a participação do investimento interno bruto para o Produto Interno Bruto (PIB) para 25 por cento até 2020 e para 30 por cento em 2025.

Para atingir estes objectivos, há planos para desenvolver um quadro de Promoção de Investimentos da SADC, bem como um Programa de Acção Regional da SADC sobre o investimento para o acompanharem.

Para incentivar a criação de cadeias regionais de valor e participação nos processos globais, a região identificou cinco áreas prioritárias em que as cadeias de valor podem ser estabelecidas e para os quais as estratégias regionais devem ser desenvolvidas até 2020.

Estas áreas são o agro-processamento, aproveitamento dos minerais, bens de consumo, bens de capital e serviços (Consulte a tabela de potenciais sectores da Cadeia de Valor).

Um estudo detalhado da cadeia de valor foi proposto para os produtos ou serviços específicos nas áreas prioritárias.

Como parte do processo de promoção da participação da cadeia de valor, existem planos para desenvolver legislação modelo e regulamentos no seio da SADC, agro-processamento,
aproveitamento dos minerais e de outras actividades de fabricação e serviços.

A Redução ou remoção de impedimentos estruturais para a industrialização é outro destino que está sendo perseguido pela SADC. A este respeito, há uma necessidade de melhorar a capacidade de produção de energia e permitir um aumento no desenvolvimento e utilização de fontes de energia renováveis, bem como garantir o abastecimento adequado de água.

Há também a necessidade de reduzir os atrasos nos portos e postos de fronteira e encurtar a duração da circulação de mercadorias através das fronteiras na região da SADC. Isso implicará a harmonização dos procedimentos para a travessia de fronteiras na SADC até 2020.

O Plano de Acção propõe também um papel activo das Pequenas e Médias Empresas (PME) na agenda de industrialização da SADC.

As PME são uma variável importante na agenda de desenvolvimento da SADC, representando 90 por cento de todas as empresas e representando mais de 50 por cento do emprego.

Quase todos os Estados Membros da SADC têm políticas para promover e desenvolver as PME ao mesmo tempo que aplicam a capacitação institucional para defender esses programas.

Uma intervenção que está sendo proposta é o desenvolvimento de uma estrutura para criar e apoiar sectores industriais regionais para promover o desenvolvimento das PME. Actividades específicas no âmbito desta intervenção incluem estudos para identificar o potencial, tipo e localização para áreas industriais regionais de PME e o desenvolvimento de planos diretores para estabelecer grupos regionais, incluindo a modernização tecnológica.

Entre as iniciativas propostas figura o conceito de uma "fábrica da SADC" em que a região vai se esforçar para alcançar o aumento da produção e utilização de matérias-primas da SADC para o processamento local em agroindústrias e outras indústrias transformadoras.

O pensamento é que a Iniciativa/Estratégia Matérias Primas da SADC deve ser desenvolvida e implementada em 2020 para assegurar que os Estados-Membros cooperam em matéria de acesso a matérias-primas e uso do valor acrescentado.

As intervenções no âmbito do pilar da competitividade visam o reforço de ambos os ambientes macro e microeconómicos na região.

As iniciativas propostas incluem o desenvolvimento de programas de investimentos industriais de apoio às PME em 2018; treinamento para habilidades empresarial, gestão e desenvolvimento; e os centros de especialização para sectores prioritários.

O pilar da integração regional tem como objectivo ampliar o espaço económico para o desenvolvimento e criação de incentivos para que a indústria possa expandir, proporcionando assim oportunidades de economias de escala, sectorização e vínculos econômicos.

As intervenções específicas no âmbito deste pilar incluem a plena implementação da Área de Comércio Livre da SADC para cobrir todos os Estados-Membros; uma tarifa externa comum em 2025; eliminação gradual e abolição das regras de origem em 2025; liberalização dos controlos de câmbio para permitir a livre circulação de capitais na SADC até 2030; e a ratificação do Protocolo da SADC sobre o Comércio de Serviços para a implementação em 2020. ❐

Potencias Sectores da Cadeia de Valores

Cadeia de valores	Estados Membros da SADC
1. Sector de Agro-Processamento	
Gado – carne, laticínios e aves	Botswana, África do Sul, Zâmbia, Zimbabwe
Soja	África do Sul, Zimbabwe
Açúcar	Malawi, Mozambique, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
Florestas – Produtos de madeira	Mozambique, África do Sul, Zimbabwe
Pesca	Angola, Maurícias, Mozambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul
2. Sector Mineiro	
Diamantes	Botswana, Namíbia, África do Sul, Zimbabwe
Cobre	DRC, Zâmbia
Platina	África do Sul, Zimbabwe
Ferro/Aço	Mozambique, África do Sul, Zimbabwe
Hulha	Botswana
Petróleo e Gás	Angola, Madagáscar, Mozambique, África do Sul, Tanzânia
3. Sector da indústria e bens de consumo	
Couro e calçado	Lesotho, Zâmbia, África do Sul
Vestuário e Têxteis	Botswana, Lesotho, Madagáscar, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Swaziland, Zimbabwe
Farmacêuticos	África do Sul, Zimbabwe
Produtos de Couro	Botswana, Zâmbia
Fertilizantes	Mozambique, África do Sul
4. Sector de bens, equipamento e maquinaria	
Automóveis	África do Sul, Lesotho, Mozambique, Zimbabwe
Máquinas de Mineração	África do Sul, Zâmbia
5. Sector de Serviços	Botswana, Maurícias, Seychelles,África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe

Fonte Plano de Acção orçamentado para a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (Compilado de relatórios nacionais)

Rumo ao financiamento alternativo para o desenvolvimento regional

A GRANDE decisão da 35ª Cimeira da SADC que decorreu em Agosto de 2015, no Botswana, em foi a necessidade da África Austral assumir a responsabilidade completa da sua agenda de desenvolvimento regional, adoptando novos e inovadores mecanismos de financiamento e reconhecendo que com a situação actual, em que a maioria das iniciativas da SADC são financiados pelo parceiros desenvolvimentos, não é ideal nem sustentável.

Apenas 9,2 por cento dos projectos regionais são financiados pelos Estados Membros da SADC, de acordo com o Secretariado da SADC, enquanto os restantes 90,8 por cento dependem de Parceiros de Cooperação Internacional. Isso compromete a propriedade e a sustentabilidade do desenvolvimento regional.

Neste contexto, 35ª Cimeira da SADC instruiu ao Conselho de Ministros para a "concluir os trabalhos em curso sobre fontes alternativas de financiamento e apresentar o relatório na próxima Cimeira Ordinária" prevista para Agosto na Swazilândia.

A SADC fez progressos significativos na exploração de modalidades alternativas de financiamento para apoiar a auto-suficiência e independência financeira, estando o Secretariado agora no processo de desenvolvimento de um Quadro Regional para a Mobilização de Recursos para a SADC (fontes alternativas de financiamento para os Programas Regionais da SADC).

Vários consultores serão contratados para sete missões diferentes, mas relacionadas, para determinar como o espaço fiscal pode ser criado para permitir que os Estados Membros da SADC possam financiar as actividades, programas e projectos regionais.

As atribuições das consultorias incidirão sobre várias questões, incluindo como conter os fluxos financeiros ilícitos (IFFs); a criação de um sistema de lotaria regional; aproveitamento dos recursos de uma rede de filantropia e banco de dados de empresas do sector privado; desenvolvimento de uma fórmula de repartição da imposição de importação e exportação; e introdução de taxas sobre os transportes e turismo regional.

Por exemplo, o estudo para conter os IFFs irá analisar os fluxos financeiros transfronteiriços ilícitos como uma medida para aumentar a mobilização de recursos na região.

Estima-se que a África tenha perdido mais de 1,8 triliões de dólares norte-americanos devido a IFFs entre 1970 e 2008, e continua a perder recursos no valor de até 150 bilhões de dólares norte-americanos anualmente através IFFs ou "fuga de capitais ilícitos", principalmente através de evasão fiscal, e sobrefaturação de bens e serviços por empresas multinacionais, de acordo com um estudo recente encomendado pela União Africana (UA).

Isto significa que os recursos que são destinados para o desenvolvimento de África estão sendo usados em outros lugares para melhorar as economias dos Estados Unidos e outros países da Europa e Ásia.

Os consultores irão avaliar até que ponto a renda perdida através do IFFs "vai ser controlada a partir desta opção e como é que uma grande parte dos recursos podem ser mobilizados por meio de instrumentos financeiros inovadores."

Outra possibilidade é a criação de um sistema de lotaria regional, cujos recursos podem ir para o financiamento de programas e projectos regionais. O estudo irá determinar os níveis indicativos de renda que os Estados membros podem gerar a partir desta opção, bem como os encargos financeiros de uma opção de lotaria regional sobre a indústria da lotaria a nível nacional, bem como a forma de um mecanismo de coordenação e de um quadro regulamentar regional.

As Lotarias são um mecanismo de financiamento inovador que tem sido utilizado com sucesso para financiar programas regionais no Sudeste da Ásia, onde as receitas combinadas são distribuídos igualmente para diferentes países.

Uma consultoria separada sobre a viabilidade da utilização de uma taxa de turismo para financiar programas regionais vai explorar a forma como o sector do turismo pode ser uma medida alternativa para o financiamento de programas regionais.

As taxas poderão ser aplicada em actividades relacionadas com o turismo, incluindo alojamento em hotel e outros encargos.

Uma iniciativa semelhante por parte da União Africana (UA) visa a cobrança de impostos sobre os bilhetes de avião, hotéis e mensagens de texto como fontes alternativas de financiamento para a UA. Espera-se que estas medidas possam gerar cerca de 600 milhões de dólares norte-americanos por ano estimando-se que depois de cinco anos a UA possa ser capaz de pagar a maior parte de seus custos usando os seus próprios fundos.

De acordo com o Secretariado da SADC, a consultoria para o desenvolvimento do Quadro de Mobilização de Recursos da SADC está prevista para ser realizada dentro de dois meses e espera-se que isto permita a SADC assumir o comando da agenda de desenvolvimento regional através da exploração dos seus vastos recursos naturais, que vão desde minerais, vida selvagem e cursos hídricos.

A SADC estima que a região vai precisar de cerca de 260 milhões de dólares norte-americanos para financiar os seus projectos, incluindo a coordenação de actividades, estudos, iniciativas de capacitação e reuniões de concertação. *sardc.net* ❐

Avançando para a Agenda de Industrialização
continuação da página 2

Arquitetura institucional necessária para administrar a Agenda de Industrialização

O PLANO de Acção e Roteiro da Estratégia de Industrialização 2015-2063 propõe uma arquitetura institucional para administrar a agenda de industrialização.

O Comité de Gestão do Sector Industrial proposto será composto por representantes dos Estados-Membros, associações do sector privado ou organismos designados, grupos regionais de reflexão técnica e financeira e outras partes interessadas ligadas a indústria.

Quando estiver a operar de forma independente, o Comité será um órgão técnico de base ampla sobre questões de industrialização para apoiar o Grupo de Trabalho Ministerial para a Integração Económica Regional, em colaboração com o Secretariado da SADC. O Comité terá as seguintes atribuições:

- Fornecer apoio técnico em áreas estratégicas de intervenção para a industrialização;
- Assegurar a inclusão das acções e capitais próprios de impacto económico;
- Servir de plataforma vibrante para o diálogo entre os órgãos participantes e agir como intermediário entre os operadores industriais regionais;
- Facilitar a harmonização das regras e regulamentos que afectam a industrialização;
- Criar espaço para alavancar o contributo directo e indireto do sector privado e os centros de excelência para acelerar os processos de industrialização e de integração regional; e
- Produzir relatórios regulares de progresso com recomendações para ao Grupo de Trabalho Ministerial.

Acima do Grupo de Trabalho Ministerial estará o Conselho de Ministros, que reporta à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC. ❐

Zambianos preparam-se para as eleições gerais com enorme expectativa

por Joseph Ngwawi e Patson Phiri

CAMPANHAS POLÍTICAS, panfletos e comícios dominam o quotidiano na Zâmbia numa altura em que o País prepara-se para realizar as suas eleições gerais previstas para 11 de Agosto.

A cobertura dos órgãos de comunicação social destaca as campanhas para as eleições presidenciais, legislativas e locais que começou a 16 de Maio.

Um total de nove candidatos vão disputar as eleições presidenciais, de acordo com a Comissão Eleitoral da Zâmbia (CEZ).

Os principais candidatos são o Presidente em exercício, Edgar Lungu, da Frente Patriótica (PF); e Hakainde Hichilema, líder do principal partido de oposição, o Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional.

Outros candidatos presidenciais incluem a ex-Ministra das Finanças, Edith Nawakwi, do Fórum para a Democracia e Desenvolvimento, que é a única candidata do sexo feminino; Tilyenji Kaunda, do Partido Unido para a Independência Nacional; e o ex-Ministro da Justiça, Wynter Kabimba, que agora dirige o Partido do Arco-Íris.

De acordo com a nova emenda constitucional zambiana, adoptada em Janeiro, o candidato vencedor deve assegurar pelo menos 50 por cento-mais-um voto ao contrário do cenário anterior em que o Presidente era eleito usando o sistema de maioria simples através do qual o candidato com o maior número de votos era eleito, mesmo se obtivesse menos de 50 por cento dos votos válidos.

As mudanças constitucionais também introduziram a figura de vice-presidência. No passado, o vice-presidente era nomeado pelo Presidente.

As eleições do vice-presidente vai permitir que ele assuma o cargo em caso de incapacidade do titular. Isso permitirá que o vice-presidente possa assumir o poder durante o restante mandato do titular.

Tal desenvolvimento evita a necessidade de eleições antecipadas como foi o caso de 2015, após a morte do Presidente Michael Sata, em Outubro de 2014. Eleições antecipadas também foram realizadas em Outubro de 2008 depois da morte do Presidente Levy Mwanawasa em Junho do mesmo ano.

O candidato vencedor se tornará sétimo presidente da Zâmbia desde a independência do domínio colonial há mais de 50 anos, a 24 de Outubro de 1964. Ele / ela terá um mandato de cinco anos, assim como os eleitos para o parlamento e governos locais.

De acordo com informações da CEZ, um total de 650 candidatos de 13 partidos disputarão os 156 assentos parlamentares, sendo 90 dos aspirantes mulheres -13.8 por cento das pessoas que concorrerão para os assentos na Assembleia Nacional da Zâmbia.

Esta cifra não constitui ainda uma boa representação de mulheres no parlamento zambiano. Um total de 113 mulheres concorreram nas últimas eleições parlamentares em 2011, mas apenas 17 foram eleitas. Estas representaram apenas 11 por cento dos assentos no parlamento.

Nomeações presidenciais aumentaram o número de mulheres no parlamento para 23, elevando a proporção para pouco mais de 14 por cento, uma das mais baixas taxas da região da SADC.

Entre os 650 candidatos para as eleições parlamentares de 2016, um total de 109 concorrentes são candidatos independentes.

A Assembleia Democrática não apresenta nenhum candidato para as eleições parlamentares, apesar de estar a concorrer para as eleições presidenciais, enquanto seis partidos - Aliança para a Democracia e Desenvolvimento, Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD), Partido Nacional de Restauração, Partido Nacional Revolucionário, Partido Revolucionário Radical e Frente Democrática Unida - tem apenas candidatos parlamentares e não concorrem para presidência.

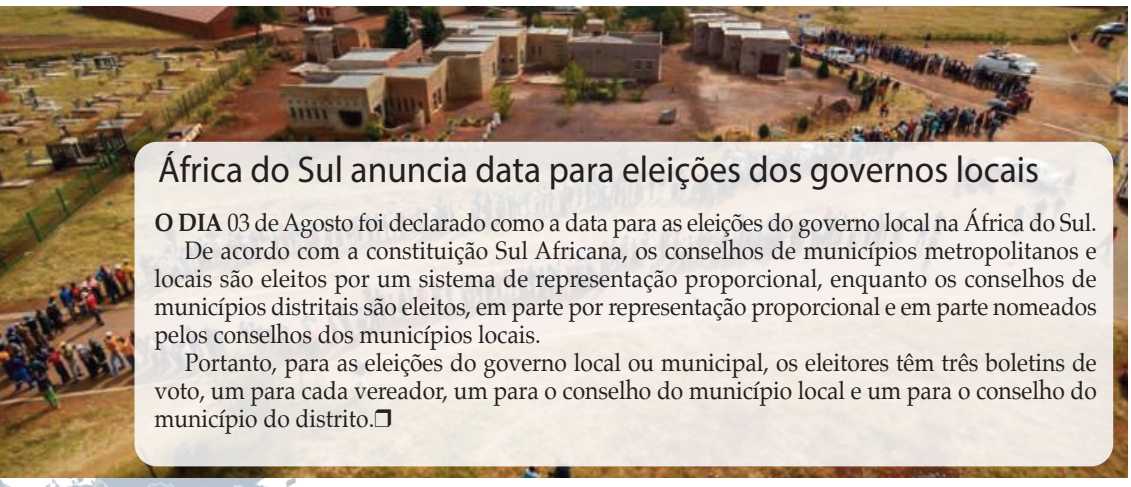
O período de campanha foi precedido por um exercício de recenseamento e verificação dos eleitores que terminou no dia 25 de Maio.

De acordo com dados preliminares divulgados pela CEZ mais de seis milhões de pessoas foram recenseadas para votarem em Agosto.

As anteriores eleições gerais decorreram em 2011 e a PF ganhou 61 dos 150 assentos parlamentares, enquanto o seu candidato presidencial, Michael Sata, foi eleito presidente depois de ganhar quase 42 por cento dos votos, contra 35,4 por cento do seu rival mais próximo, Rupiah Banda, do antigo partido governamental MMD e 18,2 por cento de Hichilema.

As eleições gerais de 2016 vão decorrer simultaneamente com um referendo para decidir sobre se a Constituição deve ser alterada para melhorar a Declaração dos Direitos, bem como revogar e substituir o artigo 79 que trata de questões que precisam de ser submetidas a um referendo.

Nos termos do artigo 79, apenas a Lei dos Direitos e do próprio artigo exigem a realização de um referendo, a fim de alterá-los. A proposta pretende ampliar as questões que necessitam de referendos, para incluir mudanças no sistema eleitoral, os mandatos presidenciais, eleição do vice-presidente, e nomeações de ministros e dirigentes provinciais. *sardc.net* ❐



África do Sul anuncia data para eleições dos governos locais

O DIA 03 de Agosto foi declarado como a data para as eleições do governo local na África do Sul.

De acordo com a constituição Sul Africana, os conselhos de municípios metropolitanos e locais são eleitos por um sistema de representação proporcional, enquanto os conselhos de municípios distritais são eleitos, em parte por representação proporcional e em parte nomeados pelos conselhos dos municípios locais.

Portanto, para as eleições do governo local ou municipal, os eleitores têm três boletins de voto, um para cada vereador, um para o conselho do município local e um para o conselho do município do distrito.❐

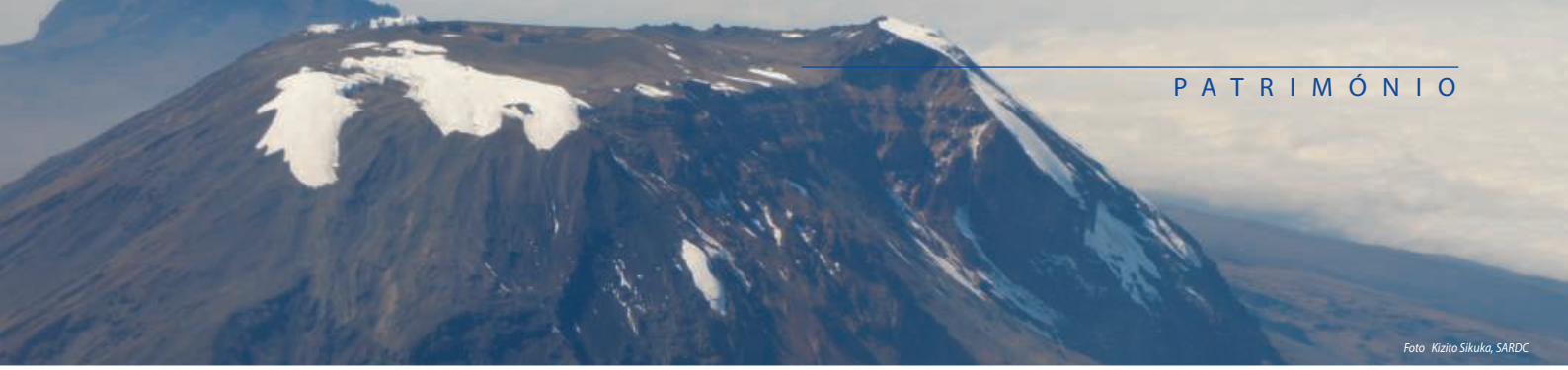


Foto Kizito Sikuka, SARDC

Salvaguarda do património africano para o desenvolvimento sustentável

por Kizito Sikuka

DE CABO a Cairo ou de Yaoundé para Mogadíscio, a África tem alguns dos mais destacados locais do património natural e cultural que oferecem uma variedade de opções para o crescimento socioeconómico, incluindo o turismo e o desenvolvimento de infra-estrutura.

Por exemplo, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, há a majestosa Victoria Falls localizada no rio Zambeze.

No Egito, as Grandes Pirâmides de pé, enquanto a República Unida da Tanzânia possui o Monte Kilimanjaro e Área de Conservação Ngorongoro.

De acordo com a Conferência Geral da Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que supervisiona a protecção dos locais do património mundial, um total de 89 locais africanos estão actualmente inscritos na Lista do Património Mundial - ilustrando a riqueza do continente e o seu potencial para impulsionar a sua própria agenda de desenvolvimento.

No entanto, o desafio para o continente é como encontrar um equilíbrio entre a maximização do uso desses locais para promover o desenvolvimento socioeconómico e, ao mesmo tempo, preservá-los para as gerações futuras.

O Primeiro-Ministro da Tanzânia, Kassim Majaliwa Majaliwa, disse numa recente Conferência Internacional sobre a Proteção do Património Mundial Africano como um motor de desenvolvimento Sustentável, realizada em Arusha, ter chegado hora de África encontrar formas inovadoras de gestão das suas disputadas dimensões ambiental, social e económica para o desenvolvimento.

Ele disse que é triste constatar que alguns dos países mais pobres da África são "extremamente ricos em recursos naturais", tais como petróleo, gás e minerais, mas ainda continuam a enfrentar vários desafios para explorar esses recursos.

Alguns dos desafios incluem tecnologias limitadas e o facto de que muitos desses recursos estão localizados em áreas de importância cultural, que sob as leis internacionais são protegidos da destruição.

"Como África, nós somos e continuaremos a fazer o nosso melhor para proteger e conservar o nosso património", disse ele, acrescentando que esforços similares deverão, contudo, ser canalizados para encontrar "um equilíbrio entre a conservação e o desenvolvimento," para que o continente seja capaz de usar os seus recursos para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento socioeconómico.

Por exemplo, disse ele, que uma forma de lidar com os recursos encontrados em áreas protegidas é chegar a formas "inovadoras" de extraí-los para o benefício de África, com uma mínima destruição do meio ambiente.

"É importante que haja uma tecnologia apropriada que permita a exploração sem necessariamente prejudicar os valores universais excepcionais para esses locais", disse ele.

"Se esses recursos forem devidamente explorados, vão gerar receitas para aliviar a pobreza entre os nossos povos e, ao mesmo tempo fomentar a conservação. A linha inferior aqui é como encontrar um equilíbrio para uma situação de vantagens mútuas".

Majaliwa instou as partes interessadas a continuar a trabalhar em conjunto para proteger os locais do património Africano para as gerações presentes e futuras.

Isto deriva pelo facto de que alguns locais no continente estão sob ameaça de uma combinação de factores, incluindo conflitos armados, movimento descontrolado de pessoas, caça furtiva, fraca gestão e mudanças climáticas.

A UNESCO estima que cerca de 33 por cento dos locais da Lista do Património Mundial em Perigo estão localizados na África.

"Nós precisamos de todos cooperar, se quisermos preservar o património Africano para as gerações presentes e futuras", disse Majaliwa.

A Directora do Centro do Património Mundial da UNESCO, o Dr. Mechtild Rössler, concordou dizendo que a protecção do património Africano é fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Ela disse também que era importante envolver activamente as comunidades locais na formulação e implementação das decisões destinadas a salvaguardar a herança porque "as comunidades são os guardiões reais dos locais do património".

A Conferência Internacional sobre a Proteção do Património Mundial Africano como um motor de desenvolvimento sustentável, realizada de 31 Maio a 3 Junho, emitiu a Declaração de Ngorongoro que apela para mais esforços na salvaguarda do património Africano para o desenvolvimento sustentável.

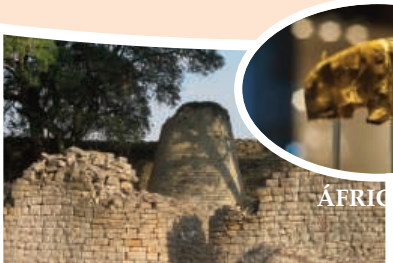
"Instamos a União Africana e as suas Comunidades Económicas Regionais para promoverem o desenvolvimento sustentável, garantindo a conservação do Africano Patrimônio Natural e Cultural de acordo com a Agenda e Visão da UA 2063," lê-se num excerto da declaração.

A declaração apelou a inclusão activa das "mulheres e da juventude na conservação e gestão do património natural e cultural."

Há também a necessidade da África desenvolver e implementar políticas de prevenção e resolução de conflitos, bem como restaurar a paz, a segurança e a coesão social dentro e fora das suas fronteiras, utilizando valores do património.

Outra questão fundamental é o aumento da consciência pública sobre os benefícios da salvaguarda do património Africano, bem como o aproveitamento do conhecimento indígena sobre a preservação desse património.

O objectivo da conferência era explorar métodos para fortalecer o desenvolvimento sustentável por meio da sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social e económico inclusivo, fomentando, ao mesmo tempo, a paz e segurança. *sardc.net* ❐



"Acelerando a distribuição de Energia e ao cesso aos recursos hídricos na Região da SADC - uma abordagem colectiva"

Acesso a água e a energia é crucial para a integração regional da SADC

por Kizito Sikuka

A DISPONIBILIDADE do abastecimento de água e do fornecimento de energia é fundamental para a promoção do desenvolvimento e da integração regional na África Austral.

Esta é a principal mensagem do seminário Ministerial sobre Água e Energia da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizado a 20 de Junho, em Gaborone.

O Presidente da SADC e Chefe de Estado do Botswana, Seretse Khama Ian Khama, disse que o limitado acesso a água e a energia torna a agenda de integração da SADC sem sentido, pelo que a região deve trabalhar colectivamente para enfrentar os desafios que afectam esses dois setores.

De acordo com o Secretariado da SADC, o acesso à electricidade na região é estimado em menos de 40 por cento na maioria dos Estados membros, enquanto somente 60 por cento têm acesso a água potável.

"Estes números indicam que a região da SADC precisa de uma grande vontade política para melhorar o acesso à água potável e a energia limpa a preços acessíveis", disse o Presidente Khama.

Ele alertou que "se a actual situação de energia e serviços de abastecimento de água na região não melhorar, a estratégia e Roteiro de industrialização da SADC será apenas um sonho."

Por exemplo, a melhoria do acesso à energia e a água poderia reduzir os custos comerciais na região, promovendo assim o investimento, o comércio e crescimento da indústria.

Ele disse que a SADC tem vários documentos estratégicos, incluindo o Plano Diretor de Desenvolvimento Regional de infra-estruturas (RIDMP), que apresenta os detalhes para a melhoria dos setores de água e energia.

Portanto, o desafio reside no facto dos Países implementarem plenamente todos os projectos, programas e actividades regionais acordadas dentro dos prazos estipulados para que os benefícios de pertencer a uma comunidade regional se reflictam na vida dos cidadãos da SADC.

"Devemos envidar esforços para fazer com que os planos sejam bem definidos e articulados nos documentos do Quadro Estratégico Regional", disse ele.

O Plano Sectorial de Energia no RIDMP, por exemplo, identificou 73 projectos de energia que irão aumentar a capacidade de produção dos actuais 56.000 megawatts (MW) para assegurar que a demanda projetada de 96,000MW seja superada até 2027.

O Plano do Sector da Água contém um total de 34 projectos de infra-estruturas destinadas a melhorar o acesso à água na região.

O Presidente Khama disse que é igualmente importante que região opte por uma colaboração e abordagem inovadora mais estreita entre os sectores da água e energia, bem como o da agricultura, porque estes sectores estão intimamente ligados e qualquer evolução heterogénea numa área tem capacidade de afectar negativamente as outras áreas.

"Também é importante ampliar as nossas discussões ao vínculo existente entre a energia, água e alimentos. Invariavelmente, as interligações nos sectores da energia, água e alimentos não podem ser sobrevalorizadas, e exigem uma gestão eficiente da procura e da oferta para garantir a adequada correlação ", disse ele.

Ele disse que a recente diminuição da disponibilidade de água causada pela baixa precipitação na época agrícola 2015/16 teve um impacto negativo na produção de alimentos e de energia na África Austral.

De acordo com um documento conceptual produzido pelo seminários dos Ministros de Energia e Água da SADC, o declínio dos níveis de água no lago Kariba, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, causaram uma baixa produção de energia hidroeléctrica na ordem de 12 por cento até 01 de Fevereiro em comparação com os 53 por cento registados no mesmo período do ano anterior. O Lago Kariba é uma das principais fontes de electricidade na região da SADC.

Em outubro de 2015, a República Unida da Tanzânia também foi forçada a desligar as suas hidroeléctricas devido aos baixos níveis de água nas barragens do país. Como resultado dos baixos níveis de água, a produção de energia hidroeléctrica registou uma redução para 20 por cento da capacidade.

A Tanzânia, desde então, converteu algumas de suas centrais hidroeléctricas para o gás natural.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax disse que é hora da região desenvolver soluções concretas e práticas para enfrentar os desafios de água e energia.

"A Energia e a água desempenham um papel vital no crescimento económico regional, e o acesso a esses recursos tem um impacto directo na qualidade de vida do nosso povo", disse ela, acrescentando que os dois recursos "são elementos fundamentais para o desenvolvimento económico e, portanto, para industrialização, que a SADC definiu previamente como o principal foco da região. "

Realizado sob o lema "Acelerando a distribuição de Energia e ao cesso aos recursos hídricos na Região da SADC - uma abordagem colectiva," o Seminário Ministerial da SADC sobre Água e Energia é uma das três reuniões regionais convocadas pelo Presidente Khama e destinadas a encontrar formas inovadoras de gerir as actuais dimensões ambiental, social e económica do desenvolvimento na África Austral.

Várias partes interessadas, incluindo ministros de energia e água, representantes de órgãos reguladores e utilitários nacionais de energia e água, Parceiros de Cooperação Internacional, membros do grupo temático de energia e água da SADC, parceiros de implementação, instituições de pesquisa e produtores independentes de energia, participaram no seminário.

Uma reunião semelhante sobre a erradicação da insegurança alimentar e da pobreza foi convocada em Maio, enquanto uma outra sobre o comércio ilegal de espécies selvagens está prevista para Julho.

Os planos de acção dos grupos de trabalho ministeriais serão apresentados para consideração e adoção na próxima sessão do Conselho de Ministros da SADC e na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC marcada para Agosto na Swazilândia. *sardc.net* ❐

Destacando o Género no Sector de Energia da SADC

A MAIORIA das mulheres e raparigas na região da SADC gastam grande parte do seu tempo em actividades básicas não-remuneradas e altamente cansativas, como a coleta de combustíveis de biomassa, sem acesso a serviços energéticos modernos.

Isto agrava ainda mais as desigualdades de género, porque muitas mulheres, especialmente nas áreas rurais e periurbanas, não têm acesso a emprego assalariado, educação ou oportunidades de negócios devido a essas responsabilidades, e isso também limita as opções para a interação social e política fora do agregado familiar.

Em todos os Estados Membros, as mulheres e raparigas são em grande parte responsáveis pelas actividades domésticas e comunitárias, incluindo o fornecimento de energia e, assim, são as produtoras de energia primária e as usuárias finais a nível doméstico.

A limitada participação das mulheres na concepção de sistemas de energia, no acesso a recursos e na tomada de decisão a nível nacional e regional é um grande desafio no quadro da relação entre o género e a energia.

A tendência regional a nível do poder de tomada de decisão está mais inclinada para os homens, uma vez que as mulheres ocupam menos de 10 por cento da maior parte das estruturas de governo a este respeito.

A principal fonte de energia na região da SADC são os combustíveis tradicionais, como a lenha e resíduos de animais e culturas, que responde por 74 por cento das necessidades de energia para cozinhar, secagem, colheita e fabrico de tijolos nas comunidades rurais (SARDC et al, 2012).

As mulheres nas áreas urbanas também são afetadas pelas políticas de gestão de energia eléctrica no que concerne a procura, tais como derramamento de carga. Estas medidas tem impactos negativos sobre as actividades da família e de negócios.

Acessibilidade e Dimensões Sociais

As mulheres são desproporcionalmente afetadas por desafios associados ao acesso a fontes modernas de energia em comparação com os homens. Isso afecta os processos de desenvolvimento, incluindo a energia, porque o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem plenos direitos e iguais para metade da população, tanto na lei e como na prática.

Há uma necessidade da região para desenvolver mecanismos virados para lidar com as desigualdades no sector da energia, bem como expandir o papel das mulheres no desenvolvimento e na implementação de soluções de energia.

A produção, aquisição, transporte e distribuição de energia ainda perpetua os desequilíbrios de género, especialmente para as mulheres que vivem nas áreas rurais. A fonte primária de energia para a população rural em vários Estados Membros da SADC é a biomassa que se obtém há mais de cinco quilômetros de distância das zonas habitacionais.

Isto tem um impacto negativo sobre as mulheres, que têm que percorrer longas distâncias a pé, mas as mulheres costumam a transportar cargas pesadas de lenha nas suas cabeças, o que pode comprometer a sua saúde física e bem-estar.

Em algumas situações, onde coleta de lenha é restrita por meio de regulamentações formais, as mulheres são mais vulneráveis ao assédio sexual ou multas pela recolha ilegal da lenha.

A segurança física das mulheres é comprometida porque crimes violentos também podem ser perpetrado mesmo durante o dia, onde os recursos são escassos e as mulheres são obrigadas a recolher o combustível de áreas remotas e isoladas (ENERGIA / DFID, 2006).

O Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) estima que as doenças de poluição interna causam mais mortes de mulheres e crianças por ano do que o HIV e SIDA, malária, tuberculose e desnutrição (IISD, 2013).

Actual quadro Legal e Político

A Energia é reconhecida mundialmente como Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em falta, mas está inserida na Meta n°7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (DPSs).

A nível regional, o Tratado da SADC procura estabelecer a paridade de género e modelo de desenvolvimento da SADC, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), identifica o género e a energia como uma área importante para o desenvolvimento e integração regional.

O actual quadro da política de energia da SADC é abrangente e coloca ênfase sobre a disponibilidade de serviços de energia suficientes, fiáveis e menos onerosos. Isso resolve os objectivos da SADC que incluem a atracção de investimentos e promove a competitividade e o comércio como um meio para a erradicação da pobreza, alinhado com a utilização ambientalmente sustentável dos recursos energéticos.

Os principais instrumentos da política de energia na região da SADC são:

- Protocolo da SADC sobre Energia (1998),
- Política de Cooperação e Estratégia de Energia da SADC (1996),
- Plano de Acção para a Energia da SADC (1997) e (2000), e
- Estratégia Regional e Plano de Acção de Acesso a Energia na SADC (2010).

O Protocolo reconhece o importante papel das mulheres e dos homens na implementação de programas de energia e insta os Estados-Membros a "garantir que o desenvolvimento e o uso de energia tome em conta as realidades do género da região."

Ao abrigo das diretrizes para a Cooperação, o protocolo também reconhece que a dimensão do género é um dos principais problemas socioeconómicos que a política energética da região deve enfrentar. Isto é complementado pelo Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e pelo Tratado da SADC que procuram facilitar a autonomia das mulheres e influenciar positivamente os interesses de equilíbrio de género.

A promoção da participação da comunidade na formulação e implementação de políticas, com especial atenção na dimensão do género é destacada no Protocolo de Energia da SADC.

Outras questões são: o comércio de energia - Planeamento Integrado de Recursos - eficiência energética e conservação - gestão da procura - os preços da energia - o envolvimento do sector privado e outros intervenientes não estatais - a concorrência de energia - formação e capacitação - investimento e financiamento - e o meio ambiente.

O quadro político é favorável e sensível às prioridades estratégicas da SADC que são direcionadas para a industrialização, promoção de infra-estrutura económica e social, agricultura, desenvolvimento de recursos humanos, integração do género e melhoria do bem-estar social.

A Energia desempenha um papel fundamental na agenda de desenvolvimento de qualquer região, incluindo a região da SADC. O acesso à energia de qualidade, confiável e moderna é fundamental para enfrentar os desafios de desenvolvimento, tais como a pobreza, as desigualdades de género e segurança alimentar.

Principais Objectivos e Metas para Energia e Género

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SDGs)
Uma iniciativa intergovernamental através da ONU com 17 objectivos e 169 metas para 2030

Objectivos

1. Erradicação da pobreza em todas as suas formas
2. Erradicação da fome, alcance e melhoria da segurança alimentar e nutricional e promoção de uma agricultura sustentável
3. Assegurar uma boa saúde e bem estar para todos
4. Assegurar educação de qualidade e promover oportunidades de ensino para todos
5. Alcançar a igualdade de género e autonomia das mulheres e raparigas
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável de água limpa e saneamento para todos
7. Assegurar o acesso a energia limpa, moderna e sustentável para todos
8. Promover emprego condigno e crescimento económico sustentável para todos
9. Construir resiliência nas infra-estruturas, promover uma industrialização sustentável e fomentar a inovação
10. Reduzir as desigualdades entre os Países
11. Tornar as cidades e comunidades seguras, resilientes e sustentáveis
12. Assegurar padrões sustentáveis de produção e consumo
13. Desencadear acção urgente para combater os impactos das mudanças climáticas
14. Conservar e fazer o uso sustentável dos Oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, fazer uma gestão sustentável das florestas, combater a desertificação, parar e reverter a degradação da terra e eliminar a perca de biodiversidade
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, assegurando o acesso a justiça para todos e constituir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) para 2020

- Aumentar o acesso e disponibilidade de infra-estrutura e serviços
- Implementar o plano de produção e expansão do fornecimento de electricidade
- Fortalecer a capacidade de integração do género no desenvolvimento da região
- Monitorar os progressos feitos pela SADC para o alcance da paridade de género a todos os níveis
- Atingir a meta de 50 por cento de participação de mulheres nos cargos de tomada de decisão no sector público até 2015, ou desencadear uma acção afirmativa para acelerar o alcance deste objectivo.

Agenda da União Africana 2063

- Crescimento inclusivo de desenvolvimento sustentável
- Acesso a energia segura e limpa
- Instituições capazes e liderança transformadora
- Desenvolvimento orientado para as pessoas, contando com o potencial do povo africano, especialmente jovens e mulheres
- Envolvimento de todos os africanos na tomada de decisões
- Completa paridade de género, com as mulheres a ocuparem pelo menos 50 por cento dos cargos públicos eleitos a todos os níveis e metade dos cargos de gestão dos sectores público e privado.

Adaptado do Departamento para os Assuntos Económicos e Sociais da ONU (2015), da SADC (2015,) e da Comissão da União Africana (2015)

Composição do Género na liderança do Sector de Energia na SADC

	Homens	Mulheres	Total
Ministros responsáveis pela Energia	13	2	15
Chefes de empresas de electricidade	15	0	15
Chefes das instituições reguladoras	10	2	12[a]
Chefes de Organizações regionais de electricidade s (SAPP[b], RERA[c])	2	0	2

a) Dos 15 Estados Membros da SADC, somente Botswana, RDC a Maurícias, não possuem reguladores de energia/electricidade.
b) O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) foi criado em 1995 para coordenar o planeamento, produção, distribuição e comercialização de electricidade em nome de 12 empresas de electricidade interligadas dos Estados Membros da SADC.
c) A Associação dos Reguladores regionais de Electricidade da África Austral (RERA) foi criada em 2002 para facilitar a harmonização das políticas, regulamentos, padrões e práticas e para servir de plataforma efectiva de cooperação entre os reguladores de energia no seio da região da SADC. 10 dos 12 Países com reguladores de energia/electricidade são membros da RERA.

Fonte Compilação do Autor

Acesso a Energia e Capacidade – Indicadores Seleccionados

- 290 milhões das 915 milhões de pessoas na África subsaariana têm acesso a energia e o número de pessoas sem acesso está a aumentar.
- pelo menos 25 países na África subsaariana estão numa situação de crise de energia.
- Somente cinco por cento das áreas rurais na SADC tem acesso a electricidade.
- A SADC enfrenta uma escassez de energia eléctrica desde 2007.
- A SADC registou uma tendência de subida de 26 por cento em termos de fontes de energia renovável entre 2000-2014.
- A energia renovável representa 23.5 por cento da capacidade total de produção na SADC.

Adaptado do PNUD UNDP (2012), SADC (2012), REN21 et al (2015)

Desafios do Quadro Político

Apesar do enquadramento político do Sector de Energia da SADC ser bastante abrangente e abordar vários objectivos e prioridades regionais estratégicas, os programas estão ainda aquém dos objectivos regionais determinados.

As desigualdades de género nos cargos de tomada de decisões no sector da energia na África Austral deixam transparecer que as actuais estruturas e processos dentro do sector não abordam as desigualdades e os desafios enfrentados pelas mulheres na área de energia.

O quadro da política regional tem por objectivo lidar com os desafios no sector da energia, mas seus sucessos dependem dos agentes de execução, tais como as empresas de electricidade nos Estados-Membros e as instituições regionais de energia. A situação actual sugere que a região não tem vindo a melhorar a estrutura de governação no sector da energia.

Uma das metas estabelecidas pelo Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que foi aprovado em 2008, mas foi ratificado e que entrou em vigor em 2013, é que até 2015 a região deverá atingir a paridade de 50/50 de representação do género nos cargos de tomada de decisão. Este objectivo não foi alcançado na liderança de topo nas instituições energéticas a nível nacional e regional. *(Ver tabela sobre a composição da liderança do sector de energia)*

Experiências selecionados de Estados Membros da SADC

Os Estados-Membros empreenderam uma série de iniciativas, com resultados variados, para promover a igualdade de género no sector da energia.

Uma dessas iniciativas foi uma auditoria de género do sector da energia do Botswana, realizada pelo Centro de Tecnologia do Botswana (BTC), em consulta com a Divisão de Assuntos de Energia do Ministério de Recursos Hídricos, Minerais e Energia e outras partes interessadas (PNUD, 2012; Wright et al, 2009).

Os resultados da auditoria revelaram que, embora não haja um entendimento comum sobre os diferentes papéis de homens e mulheres no Botswana, o conhecimento da relação entre género, energia e pobreza ainda era limitado.

Isso mostra que as políticas e programas de energia existentes não prestam atenção ao género, o que significa que elas não abordam as disparidades de género. As mulheres são frequentemente excluídas das consultas durante o desenvolvimento de políticas e programas de energia.

Com base no resultado da auditoria e iniciativas de formação subsequentes, a consciência sobre a importância do nexo de género na energia aumentou dentro do governo Botswana e da Corporação de Electricidade do Botswana (BPC). A BPC começou recentemente um programa de integração do género para a electrificação rural.

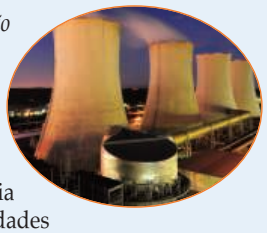
A auditoria também permitiu o início de um Projecto-piloto para a recolha de dados desagregados por sexo e reforço da experiência do género no sector de energia do País.

Para promover a participação das mulheres no sector da energia, o Zimbabwe estabeleceu a Rede de Género e Energia do Zimbabwe, uma iniciativa para resolver os problemas de acesso à energia e a autonomia das mulheres sobre questões de energia. Presidido pelo Ministério de Assuntos da Mulher, Género e Desenvolvimento da Comunidade e Ministério da Energia e Desenvolvimento Energético, a rede procura alcançar os objectivos por meio da conscientização sobre a relação entre gênero e energia, defendendo reformas políticas.

A Zâmbia tem feito progressos na sensibilização das questões de género no sector da energia. A Revista Nacional de Política Energética (RNEP) prometeu dar mais equilíbrio do géneros no sector de "planeamento energético, gestão e utilização para aliviar o fardo da pobreza em todos os grupos vulneráveis, especialmente as mulheres no lar, na comunidade e a nível nacional" (RNEP, 2008) .

O país também tem realizado uma análise crítica de género através do Ministério de Minas, Energia e Desenvolvimento da Água, que culminaram com Estratégia de Integração do Género no Sector da Energia na Zâmbia (2011-2013). A Corporação de Distribuição de Electricidade da Zâmbia (ZESCO) está a implementar o um projecto de Aumento do Acesso ao Serviço de Eléctrico (IAES) que permitiu que as mulheres desempenhem um papel mais eficaz como os agentes económicos que utilizam abordagens de desenvolvimento baseadas em direitos que se concentram no aumento das oportunidades económicas das mulheres e a liberdade de trabalhar em segurança e dignidade (ESMAP, 2014).

O caso da Integração do Género na Energia



"A integração do género é muito mais do que uma questão feminina; é a base para o estabelecimento de um nível de igualdade entre mulheres e homens que pode ajudar a estimular o crescimento económico, criar empregos de qualidade, apoiar as comunidades, aumentar a produtividade e reduzir a pobreza." UNIDO (2014)

A integração do género no sector da energia significa criar espaço para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens a alcançar o pleno potencial e contribuir para o desenvolvimento sustentável do sector da energia.

O aumento da participação das mulheres deve ser uma prioridade para a reforma do sector da energia. O aumento do número de mulheres nos cargos de tomada de decisão pode estender o contexto de sensibilidade do género em encontrar soluções para os problemas que afectam o sector da energia. O sector de Energia é dominado por homens nas posições de tomada de decisão e tem feito pouco para resolver os desafios enfrentados pelas mulheres.

Os esforços para integrar o género no sector da energia podem ter muitos outros benefícios. Muitas mulheres têm acesso limitado a fontes modernas de energia e isso pode ser resolvido através do aumento da captação de energias renováveis, que na maioria dos casos são de origem local.

Isso pode resultar em melhores padrões de vida e capacitação económica, bem como oportunidades de expansão através da promoção de fontes alternativas de energia renovável, em particular para os grupos com pouco acesso à energia moderna.

As mulheres desempenham um papel fundamental no fornecimento e consumo de energia dentro das famílias e possuem conhecimentos valiosos relevantes para soluções energéticas sustentáveis.

As mulheres podem desenhar em círculos naturais da família, amigos e comunidade para os clientes, o que prova ser uma forma eficaz de distribuição de tecnologias de energia renovável para as famílias rurais. Assim, os projectos de energia renovável podem melhorar a autonomia económica e a situação social das mulheres, incluindo um rendimento de trabalho e oportunidades de participar e impulsionar o desenvolvimento sustentável das comunidades (UNIDO, 2014).

Uma vez que as mulheres carregam o fardo do trabalho manual de coleta de lenha na maior parte da África Austral, o foco em iniciativas destinadas a melhorar as estruturas institucionais é fundamental para a melhoria do desenvolvimento da região.

Passos seguintes

A igualdade de género é um dos caminhos críticos para uma transição bem sucedida para a energia sustentável para todos até 2030 (UN DESA, 2015). Há necessidade de aumentar os esforços para promover o planeamento e implementação de uma política energética abrangente. Barreiras, como a falta de formação e educação e normas sociais que olham para as empresas de tecnologia de energia modernas como "trabalho de homens" limitam as oportunidades para que as mulheres se envolvam em empreendedorismo sustentável de energia.

Os decisores políticos e outras partes interessadas devem trabalhar em conjunto para desenvolver políticas e programas que abordem o paradigma da energia para o desenvolvimento do género e expandir o papel das mulheres no desenvolvimento e implementação de soluções energéticas. Assim, as mulheres sendo as principais utilizadoras finais no agregado familiar podem comprar serviços de energia através da igualdade de colaboração e parceria com homens em consonância com as metas de paridade do género.

Há necessidade de integrar o género na programação energética e política, e não apenas para garantir que estas sejam boas intervenções sociais, mas para promover a eficiência. Incorporando as perspectivas do género nos projectos, políticas e planeamento de energia é fundamental para garantir a eficácia de todas as actividades de desenvolvimento que envolvem o uso de energia.

Sendo as mulheres as usuárias finais da energia primária nas famílias e comunidades na maioria dos países da SADC, o envolvimento das mulheres nas várias etapas da cadeia de valor de energia pode expandir tanto a escala e qualidade das iniciativas de energia sustentável. Envolver as mulheres na concepção de soluções de energia sustentável pode ajudar a garantir que as intervenções sejam adaptadas para atender as necessidades das mulheres, bem como dos homens.

Envolver as mulheres na distribuição e comercialização de tecnologias e produtos de energia renovável pode ajudar a encorajar o uso destes serviços por parte de outras mulheres com espaços confortáveis onde podem aprender aspectos obre as tecnologias e discutir preocupações particulares.

Há também a necessidade de promover o acesso à energia renovável, tecnologias baratas em toda a África Austral para assegurar a facilidade de acesso a todos. Isso passa pela adopção de programas que oferecem incentivos para as instituições do sector público e privado de pesquisa para produzir tecnologias básicas que podem estar acessíveis de forma mais barata pela maioria das pessoas na região.

Apesar da redução de custos ao longo do tempo, os sistemas de energia solar não são baratos para instalar; um sistema para uma casa típica da região é citada por Madamombe (2015) de custar entre 500 e 1.000 dólares norte-americanos. Um maior esforço deve ser feito para envolver as mulheres na concepção e produção de tecnologias de energia localmente adequadas para incentivar mais investimentos na componente de energia renovável.

O uso de sistemas de financiamento inovadores, tais como acordos de taxa-de-serviço, é uma maneira de superar esses altos custos iniciais. A instalação de painéis solares para várias casas de uma só vez pode ajudar a reduzir os custos. O Botswana, Namíbia, Swazilândia e Zâmbia desenvolveram mercados solares, em muitos casos com fundos especiais para apoiar o crédito ao consumo.

Considerações Políticas

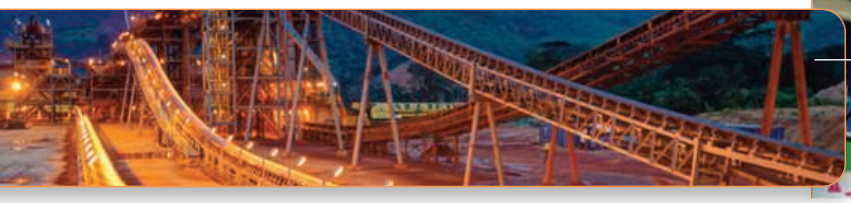
Os Estados Membros da SADC devem:

- Desenvolver e fortalecer as políticas de energia que se concentram na melhoria dos sistemas de energia rurais e periurbanos, a fim de reduzir a carga de trabalho que as mulheres têm no fornecimento de biomassa;
- Aumentar o número de mulheres nos cargos de tomada de decisões e envolver activamente as mulheres nos processos de resolução de problemas;
- Reforçar o desenvolvimento e utilização de fontes de energia renováveis e tecnologias modernas;
- Aumentar os conhecimentos sobre Energia e criar equilíbrio de género no planeamento, desenvolvimento, execução e acompanhamento de programas energéticos;
- Estabelecer sistemas de produção, aquisição, transporte, distribuição de energia para usuários finais de forma eficientes e ambientalmente saudável e tendo em conta as questões de género;
- Reformar o sector da energia e facilitar o investimento e expansão dos serviços para promover a adopção de um uso mais eficiente e sustentável da biomassa;
- Destacar o género em todos os programas de energia a nível nacional e regional.

Conclusão

Enfrentar os desafios relacionados com o género no sector da energia é fundamental para abordar a pobreza energética que a África Austral enfrenta actualmente. Portanto, as questões de género também devem ser priorizadas no discurso e programas de desenvolvimento sectorial. A integração do género no domínio da energia deve ser apoiada por políticas e estruturas adequadas que levem em conta as realidades de género na África Austral. Na formulação de políticas e no reforço das políticas existentes é essencial efectuar consultas as mulheres e homens, para que todos tenham oportunidades iguais para contribuir de forma sustentável para o desenvolvimento da região. ❐

Este resumo é parte de um Projecto de Comunicação sobre Energia na África Austral , financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento/Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade dos autores. As informações e os pontos de vista não são necessariamente o posicionamento formal da ADA/ADC.



Parceiros de desenvolvimento apoiam Agenda de Industrialização

OS PARCEIROS de desenvolvimento iniciaram um processo para alinhar o seu apoio à Estratégia e Roteiro de industrialização da SADC e ao novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

O Alinhamento do apoio aos dois documentos de planeamento regional irá garantir a boa execução das actividades e programas acordados, promovendo assim o desenvolvimento socioeconómico e uma integração mais profunda.

Os dois documentos regionais foram adoptados pela Cimeira Extraordinária da SADC realizada em Abril de 2015, em Harare, Zimbabwe.

A Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC visa acelerar o crescente impulso para o reforço das vantagens comparativas e competitivas das economias da região, e está ancorado em três pilares, a industrialização, a competitividade e integração regional. A estratégia abrange o período 2015-2063.

O novo RISDP é um plano de cinco anos que orienta a implementação de todos os programas da SADC a partir de 2015 até 2020.

O plano tem quatro áreas prioritárias:

- O desenvolvimento industrial e integração do mercado;
- Infra-estrutura de apoio à integração regional;
- Paz , Cooperação e Segurança como um pré-requisito para a integração regional; e
- programas especiais de dimensão regional.

Vários parceiros de desenvolvimento que recentemente reuniram-se com a Secretária Executiva da SADC, Dra. Lawrence Stergomena Tax, apoiaram a agenda de industrialização SADC e o novo RISDP.

Por exemplo, o México tem uma tecnologia única de processamento e conservação de produtos agrícolas - em especial o milho que é o alimento básico na maioria dos Estados Membros da SADC. O México, através de seu Embaixador na África do Sul, Maurice Escanero, comprometeu-se a ajudar a região no desenvolvimento do seu sector agrícola.

A agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da África Austral. De acordo com o Secretariado da SADC, a agricultura contribui com uma cifra que varia entre quatro e 27 por cento do Produto Interno Bruto da região, e cerca de 20 por cento do total das receitas de exportação.

Além disso, mais de 70 por cento da população da SADC, estimada em cerca de 277 milhões de habitantes, é dependente da agricultura para a subsistência.

Assim, o investimento no sector tem potencial para contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconómico regional.

Cuba comprometeu-se a reforçar a cooperação com a SADC na área da saúde. A ilha do Caribe tem um dos melhores sistemas de saúde do mundo.

Embaixador de Cuba no Botswana, Juan Carlos Arencibia Corrales, disse à Dra. Tax nos meados de Abril que havia necessidade de "reexaminar a cooperação entre Cuba e a SADC, tal como consagrado no Memorando de Entendimento celebrado entre as duas partes em Junho de 2004."

Corrales disse que Cuba estava interessada em colaborar com a SADC, e as duas partes devem agora trabalhar na identificação de "iniciativas e acções concretas para vincular as realizações do sector de saúde e competências para a implementação da estratégia e roteiro de industrialização da SADC, especialmente no desenvolvimento do sector farmacêutico. "

O chefe do Serviço de Economia Regional da França para a África Austral, Serge Boscher, disse ao secretário executivo adjunto da SADC para Integração Regional, Dra. Thembinkosi Mhlongo, que instituições como a Agência Francesa de Desenvolvimento serão incentivadas a colaborar estreitamente com a SADC para apoiar a agenda de industrialização .

Os parceiros tradicionais da SADC, incluindo a Alemanha e a Grã-Bretanha, disseram que o apoio a SADC continuará em sectores como a gestão da água, gestão de recursos naturais, paz e segurança, capacitação, infra-estrutura, agricultura, comércio e integração regional.

Estes sectores temáticos são fundamentais para o sucesso da implementação da agenda de industrialização da SADC. ❒

Cooperação entre a SADC e o BAD focaliza a industrialização

O BANCO Africano de Desenvolvimento e a SADC concordaram em trabalhar juntos na implementação da agenda de industrialização regional destinada a impulsionar a integração socioeconómica.

Reunidos a margem da Reunião Anual do BAD, realizada no final de Maio em Lusaka, Zâmbia, a Secretário Executiva da SADC, Dra. Lawrence Stergomena Tax, e o Presidente do BAD, Akinwumi Ayodeji Adesina, acordaram que a cooperação seria uma abordagem programática, com foco na industrialização como a grande prioridade da região.

Uma atenção especial será dada aos projectos que irão abordar constrangimentos restritivos, nomeadamente em infra-estrutura (energia, tecnologia de informação e comunicação, transporte, água); e em áreas que irão melhorar a competitividade e facilitar a industrialização; especificamente no agro-processamento e tratamento a jusante, aproveitamento dos recursos minerais e cadeias de valor nacionais, regionais e globais.

Foi também acordado que os programas regionais a serem apoiados estarão em conformidade com a Estratégia e Roteiro de industrialização da SADC 2015-2063, e do Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC (RIDMP).

O RIDMP é uma estratégia da sub-região para o desenvolvimento integrado de infra-estruturas regionais projetado até 2027.

No âmbito deste ambicioso plano de infra-estrutura aprovado em 2012, a SADC tem como objectivo desenvolver infra-estruturas transfronteiriças nas seis áreas prioritárias de energia, transportes, turismo, água, tecnologia de comunicação de informações e meteorologia.

Para o setor de energia, a SADC, por exemplo, identificou 73 projectos de produção de energia para aumentar a produção dos actuais 56.000 megawatts (MW) e garantir que a demanda projectada de 96,000MW seja superada até 2027. ❒

Comissão da UA
Candidata da SADC compromete-se a conduzir a agenda de integração continental

A ÁFRICA Austral está determinada em manter o assento da Comissão da União Africana na sequência da renúncia da titular, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, que cumpriu apenas um mandato, mas foi muito bem sucedida em fazer avançar a agenda de integração continental.

A SADC aprovou a designação da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Botswana, Pelonomi Venson-Moitoi, como seu candidato para disputar as eleições para escolher um novo presidente, após o anúncio pela Dra. Dlamini-Zuma de que não vai concorrer para a sua a reeleição quando o seu primeiro mandato terminar em Junho.

Dlamini-Zuma, que foi candidata da SADC quando se tornou a primeira mulher da África Austral a chefiar a Comissão da UA em 2012, pretende voltar a casa para e dedicar a política activa na África do Sul.

De acordo com a Constituição da UA, um presidente pode servir por dois mandatos de quatro anos. A prática normal é que a posto é rotativo entre as várias regiões de África, mas nem sempre isso ocorre.

Reunidos em Gaborone no final de Março, os ministros das Relações Exteriores da SADC disseram que a região está determinada a manter a Presidência da Comissão da UA e concordaram que Venson-Moitoi seria a candidata apoiada pela SADC.

Os ministros que se reuniram pertencem a 10 Estados Membros da SADC que compõem a região Austral Africana na UA - Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

Os outros cinco Estados Membros da SADC pertencem a outras regiões da UA. Estes são a República Democrática do Congo, Madagáscar, Maurícias, Seychelles e República Unida da Tanzânia. A UA está dividida em cinco regiões - Central, Ocidental, Oriental, Norte Austral.

Os ministros da SADC, desde então, mandataram o Secretariado da SADC com o apoio do Botswana e missões diplomáticas da SADC acreditados na Etiópia para formular uma estratégia e desenvolver uma campanha eficaz em apoio ao seu candidato.

Venson-Moitoi é uma administradora respeitada e habilidosa, que desempenhou vários cargos no Governo do Botswana, incluindo o de Ministro das Obras, Transportes e Comunicações, assim como o Ministro do Comércio, Indústria, Vida Selvagem e Turismo.

Uma ex-jornalista, ela também serviu como ministra das Comunicações, Ciência e Tecnologia, e Ministra da Educação.

Venson-Moitoi foi selecionada como a única candidata apoiada pela SADC fora de dois outros candidatos, do Malawi e África do Sul.

As eleições para o presidente da Comissão da UA estão marcadas para Julho na 27ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA que vai decorrer em Kigali, Ruanda.

Venson-Moitoi vai enfrentar uma forte concorrência de dois outros candidatos. Estes são a Dra. Specioza Naigaga Wandira Kazibwe, do Uganda, que está representando a região Oriental Africana e Agapito Mba Mokuy, da Guiné Equatorial, que está representando a região central Africana.

Kazibwe é membro do Painel de Sábios, ex-representante especial da ONU e ex-vice-presidente executiva do Uganda na UA. Mokuy também é Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da Guiné Equatorial.

Venson-Moitoi expressou confiança em vencer as eleições e fez promessas de estimular a agenda de integração continental da África.

"Estou convencida de que juntos podemos construir uma UA mais forte, mais coerente e mais eficaz e orientada para resultados e apresentá-la como uma organização de alto desempenho", disse a jornalistas numa recente conferência de imprensa para anunciar a sua nomeação como o candidata da SADC para o cargo.

"Como presidente da Comissão, vou dar a orientação necessária para a formulação do programa e prioridades, dirigindo a formulação do plano estratégico da organização."

O presidente da Comissão da UA é responsável pelas operações e operacionalização da agenda da UA que visa promover uma maior integração continental para uma África mais próspera.

A Comissão da UA compreende o presidente, vice-presidente e oito comissários responsáveis pela paz e segurança; assuntos políticos; comércio e indústria; infra-estrutura e energia; Assuntos sociais; economia e agricultura rural; recursos humanos, ciência e tecnologia; e os assuntos económicos.

Nas últimas eleições da UA, a Dra. Dlamini-Zuma derrotou Jean Ping, do Gabão, numa votação que decorreu em várias rondas para o apuramento do vencedor final.

A Dra. Dlamini-Zuma tornou-se a primeira mulher da África Austral a chefiar a Comissão da União Africana desde a formação da Organização de Unidade Africano (OUA) - antecessora da UA - em 1963. Outras regiões da África já tiveram seus candidatos ocupando o posto mais alto da UA. ❐

LÍDERES AFRICANOS reúnem-se em Julho para traçar a agenda de desenvolvimento do continente, incluindo a deliberação sobre as modalidades de como promover a igualdade do género.

A 27ª Cimeira da União Africana (UA) que vai decorrer sob o lema "2016: Ano Africano dos Direitos Humanos, com especial foco sobre os Direitos das Mulheres" está prevista para os dias 10-18 de Julho em Kigali, Ruanda.

Uma questão importante para a deliberação será o plano de implementação da Agenda 2063 - um quadro continental aprovado pela UA em 2013 para permitir a África explorar plenamente os seus recursos para o benefício do seu povo e desenvolver o continente de uma forma integrada e próspera. Também espera-se que os líderes possam discutir a situação económica e política do continente. ❐

Swazilândia prepara-se para 36ª Cimeira da SADC

por Sibongile Sukati

O REINO da Swazilândia está intensificando os preparativos para a cimeira regional anual na qual os Países da África Austral vão analisar os progressos no sentido de aprofundar a integração e promover o desenvolvimento socioeconómico.

A 36ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC vai decorrer em Mbabane, Swazilândia, em Agosto.

Sua Majestade o Rei Mswati III da Swazilândia, actualmente o vice-presidente da SADC, vai assumir a liderança da organização regional do presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana na Cimeira.

O Rei Mswati III disse que o país está pronto para sediar esta reunião importante que dá forma e foco para a agenda de integração regional da África Austral.

"Esta é uma responsabilidade que recebemos com as duas mãos e estamos muito honrados para acolher o evento,"disse o Rei Mswati III durante uma cerimónia para comemorar seu aniversário realizada no final de Abril, acrescentando que "o País deve desempenhar um papel significativo na prossecução das aspirações da SADC ".

A visão de longa data da SADC é de uma região unida, próspera e integrada.

Um progresso significativo foi feito para atingir esses objectivos, incluindo a realização do da Área de Comércio Livre da SADC (ACL) em 2008, que permite aos consumidores na região obter produtos a preços mais baixos devido ao aumento da produção, enquanto os produtores beneficiam do comércio de mercadorias originárias dentro da região.

No que diz respeito à paz e segurança, a SADC conseguiu consolidar a estabilidade regional através de várias medidas, incluindo a mediação de conflitos no Lesotho e Madagáscar.

A Swazilândia ainda está por definir o tema para a Cimeira de 2016. Os tópicos das duas cimeiras anteriores estiveram centradas na questão da industrialização.

O Botswana garantiu que o impulso de industrialização fosse mantido no ano passado, quando o país acolheu a 35ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governos da África Austral, sob o lema " Acelerar industrialização das economias da SADC através da transformação das Riquezas Naturais e Melhoria do Capital Humano".

Este tema continuou a trajetória da 34ª Cimeira acolhida pelo Zimbabwe em 2014, que incidiu sobre "Transformação Económica e Desenvolvimento Sustentável, através do aproveitamento das mais valias."

De acordo com o Ministro das Finanças da Swazilândia, Martin Dlamini, um total de 50 milhões Emulangueni (cerca de 3,5 milhões de dólares norte-americanos) foram reservados para assegurar que a Cimeira da SADC de 2016 seja um sucesso.

O País criou uma Equipa de Mobilização de Recursos para a Cimeira da SADC para coordenar algumas das actividades, incluindo uma feira internacional, bem como a cerimônia anual de Umhlanga, vulgarmente conhecida como a dança Reed.

O Secretariado da SADC lançou os seus preparativos para a 36ª Cimeira da SADC na Swazilândia em Setembro do ano passado.

Como parte dos preparativos, a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, efectuou visitas de cortesia ao Rei Mswati III, bem como ao Primeiro-Ministro, Sibusiso Barnabas Dlamini.

A Dra. Tax pediu a imprensa para promover e divulgar a SADC, informando aos cidadãos dos vários benefícios de pertencer a uma comunidade partilhada na África Austral.

Os benefícios de pertencer a uma SADC partilhada incluem a partilha de excedente de energia pelos países para atender a demanda local.

Outro benefício é a eliminação de barreiras comerciais para promover o movimento suave de bens e serviços em toda a região.

Antes da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo marcada para Agosto, haverá reuniões de altos funcionários, seguido pelo Conselho de Ministros.

De acordo com a última reunião do Conselho de Ministros da SADC realizada no final de Março, a cimeira vai deliberar sobre uma ampla gama de questões, incluindo a implementação dos planos operacionais da região.

O Conselho identificou áreas prioritárias para implementação durante o ano. Estas incluem marcos importantes na industrialização, comércio, desenvolvimento de infra-estruturas, bem como a paz e a segurança. ❒

Estrutura de liderança da SADC

CIMEIRA DA SADC de Chefes de Estado e de Governo é responsável pela orientação política geral e controlo das funções da Comunidade como a instituição suprema de decisão política da SADC. As decisões políticas e de política de desenvolvimento e de integração regional são tomadas pela Cimeira da SADC ou Troika, ou pela Cimeira da Troika do Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC.

Cimeira é composta pelos Chefes de Estado ou de Governo dos 15 Estados-Membros da SADC e é gerida num sistema de Troika composta pelo Presidente da Cimeira da SADC, o futuro Presidente (como o vice), e o Presidente anterior. A cimeira confere autoridade este grupo de três líderes para tomar decisões em nome da SADC que normalmente são tomadas pela Cimeira, bem como fornecer orientação política para as instituições da SADC no intervalo entre as cimeiras regulares da SADC. A Cimeira reúne uma vez por ano, em Agosto / Setembro.

A Cimeira do Órgão da Troika da SADC sobre Política, Defesa e Segurança também é gerida numa base de Troika e é responsável pela manutenção da paz e da segurança na região da SADC. Tem a responsabilidade de orientar e fornecer aos Estados-Membros questões que possam ameaçar a paz, segurança e estabilidade na região.

O Órgão da Troika é composto por um Presidente, Presidente seguinte e Presidente cessante e reporta as suas actividades ao Presidente da Cimeira da SADC.

As operações da SADC estão centralizadas no Secretariado sediado em Gaborone, Botswana. ❒

A Comunicação social é fundamental no combate ao tráfico de seres humanos

por Kizito Sikuka

"…não é o seu nome real…"

Esta é uma linha comum na maioria dos relatos da imprensa sobre o tráfico de seres humanos.

A ideia a de ocultar o nome é uma das estratégias utilizadas pelos órgãos de comunicação social para proteger as vítimas de tráfico de seres humanos de serem conhecidas pelo público de modo a que a sua dignidade seja preservada.

No entanto, o que é que órgãos de comunicação social podem fazer para impedir o tráfico de seres humanos não ocorra ou esteja fora do controlo?

Esta é a principal questão que os profissionais da comunicação social da África Austral que participaram num seminário regional sobre o Tráfico de Pessoas (TIP) estavam a tentar responder no Botswana.

O chefe da Unidade de Género da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Dr. Joseph Pitso, disse que o TIP é uma questão complexa, ampla e transversal que requer o apoio e envolvimento de todas as partes interessadas, a fim de combatê-lo com sucesso.

Neste sentido, os órgãos de comunicação social tem um papel importante a desempenhar, não só na educação do público sobre o tráfico, mas também mobilizar o apoio em massa para impedir que isso aconteça.

"A imprensa é, sem dúvidas, um dos parceiros importantes na luta contra o tráfico de pessoas por ser a boca e o olho das nossas comunidades", disse ele.

"É, portanto, importante que órgãos de comunicação social sejam capazes de definir claramente o tráfico de pessoas do tráfico de migrantes e veicular informações factuais, sempre cientes dos direitos humanos básicos e sensibilidade das vítima."

De acordo com um protocolo das Nações Unidas (2000) popularmente conhecido por Protocolo de Palermo, o TIP é o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, por meio de ameaças ou uso da força para fins de exploração.

É feita uma distinção entre o TIP e contrabando, embora existam ligações entre os dois.

O tráfico de seres humanos refere-se ao movimento ilegal de um indivíduo para um país onde ela / ele não é nacional ou residente permanente. O indivíduo contrabandeado é assistido por uma taxa de organizações criminosas para atravessar de um País para o outro.

O contrabando termina com a chegada dos migrantes no país de destino onde o tráfico envolve a exploração contínua das vítimas para gerar lucro ilícito para os traficantes. O contrabando é sempre transfronteiriço mesmo que não aparenta ser.

O Dr. Pitso apelou aos órgãos de comunicação social para se manterem a par das questões de TIP de modo que sejam capazes de abordar claramente estas questões para o público.

O TIP afecta várias pessoas na SADC e as vítimas, a maioria mulheres e crianças, são sujeitas à exploração sexual, trabalho forçado, escravidão ou mesmo a remoção de órgãos do corpo.

O modus operando utilizado pelos sindicatos inclui anúncios falsos em jornais para oportunidades de emprego em grandes cidades ou em outros países.

Em outros casos, as crianças são sequestradas e vendidas para trabalhar em fábricas ou lojas; homens jovens são forçados a trabalhar nos mercados de trabalho, tais como agricultura e indústria têxtil a troco de pouca ou nenhuma remuneração; e os bebês ou crianças são roubadas ou compradas para adopção ilegal.

"Portanto, como profissionais de comunicação social, a importância de compreender o crime de tráfico de pessoas, além de compreender as respectivas leis nacionais, bem como as respostas nacionais, não pode ser sobrevalorizada", disse Pitso.

O Secretário-Adjunto da Segurança no Ministério da Defesa, Justiça e Segurança no Botswana, Ikwatlaeng Bagopi, disse que os esforços para combater a TIP não surtirão efeitos se as pessoas não estiverem cintes das várias formas do TIP e das medidas para evitá-lo.

"O papel dos órgãos de comunicação social em reportas casos de tráfico de pessoas não pode ser sobrevalorizado. A comunicação social é um recurso fundamental na prevenção e combate ao tráfico de pessoas, por isso foi muito importante promover este seminário para capacitar os meios de comunicação social de modo a reportar eficazmente a questão do tráfico de pessoas ", disse ele.

Bagopi solicitou aos países da SADC para implementarem a nível nacional, regional e internacional o que foi acordado para o combate ao TIP na região.

Um total de 13 dos 15 estados membros da SADC têm legislação específica que trata da questão do tráfico de seres humanos. Trata-se de Angola, Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, África do Sul, Seychelles, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Os restantes dois - República Democrática do Congo e Namíbia - estão em processo de promulgação de legislações específicas, embora possuam várias peças de legislação para processar casos de TIP.

A nível regional, a SADC elaborou um plano estratégico de acção de 10 anos para o combate ao TIP, especialmente mulheres e crianças. O plano estratégico regional abrande o período 2009-2019.

O Chefe da Delegação da União Europeia (UE) no Botswana e na SADC, o embaixador Alexander Baum, disse que também era importante a SADC cooperar com outros blocos regionais para combater o TIP uma vez que este tipo de crime é um problema global.

"O tráfico é um problema transfronteiriço que precisa de uma resposta regional e global", disse ele, acrescentando que a cooperação regional é essencial na luta contra o TIP porque todos os países são fontes, vias de trânsito ou destino das vítimas.

"Há também a necessidade da SADC colaborar com a UE para resolver esta escravidão moderna".

O Oficial responsável pelo Programa pela pesquisa, informação e documentação na SADC, Mukundi Mutasa, disse que "o nosso apelo aos meios de comunicação é aumentar a consciência sobre o tráfico, para que possamos evitar que o tráfico humano nunca ocorra ou esteja fora do controlo."

O Seminário Regional dos órgãos de Comunicação Social da SADC sobre o TIP foi organizado pela SADC e decorreu de 15-17 Junho. *sardc.net* ❐

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE VOL 18 NO 4 JUNHO 2016

AFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaberone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Egline Tauya, Admire Ndhlovu, Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Pisirai, Anisha Madanhi, Ntombikamama Moyo, Nyarai Kampilipili, Allan Chiduza

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.
© SADC, SARDC, 2016
ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇOES
P1 www.emaze.com, www.dailynews.gov.bw, www.westerncape.gov.za, SADC; P4 www.dailymail.co.zm, Zambia Tourism, FAO, nbc.com, elections.org.za, P5 K Sikuka SARDC, www.patrimoniocultural.pt, UNESCO, T Ngwenya SARDC, Zimbabwe Tourism; P6 wordpress.com, nampower.com.na, panoramio.com; P7 World Bank, The Herald; P9 usaid.gov, cfuzim.org, Financial Gazette; P10 News Blaze; P11 NewsDay, DTC Botswana; P12 P Johnson SARDC, au.int, www.dailynews.gov.bw; P13 allafrica.com, SARDC, SADC; P14 K Sikuka SARDC; P16 S Nzima The World

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sardc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolmento

sardc.net @sardc.net

Austrian Development Cooperation

Este documento foi produzido no âmbito de um projecto financiado pela Agência Austríaca para o Desenvolvimento / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento. A responsabilidade do conteúdo desta publicação recai inteiramente ao autor; as informações e opiniões expressas não refletem necessariamente a opinião oficial da Agência Austríaca para o Desenvolvimento / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento.

SARDC Centro de Documentação e Pesquisa para a Africa Austral

Junho - Agosto 2016

Junho

15-17, Botswana — Treinamento Regional de Formadores dos Profissionais de Comunicação Social sobre o Combate ao Tráfico de Pessoas na SADC
O seminário sobre Combate ao Tráfico de Pessoas visa sensibilizar os meios de comunicação social sobre a natureza do crime de tráfico de pessoas, as diferentes formas que toma e as respostas internacionais, regionais e nacionais em curso para o seu combate.

20, Botswana — Seminário Ministerial sobre Energia-Água na SADC
O encontro reúne ministros responsáveis pelas questões de energia e água na região da SADC com o sector privado, instituições de investigação e outros intervenientes não estatais para facilitar o intercâmbio de ideias e forjar soluções práticas e sustentáveis para os desafios de energia e água na região.

20-23, Botswana — Reunião dos Ministros Responsáveis pelos Assuntos da Mulher/Género na SADC
Os Ministros vão se reunir para discutir o programa regional de género da SADC e partilhar os progressos alcançados pelos Estados-Membros na implementação dos compromissos de género, bem como análise das propostas de revisão do Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento e a sua monitoria e avaliação.

21, Botswana — Reunião dos Ministros da Água da SADC
Os Ministros das Águas da SADC reúnem-se anualmente para analisar os progressos na implementação do Programa de Águas da SADC, que é um quadro de acção para uma utilização sustentável dos recursos hídricos através do desenvolvimento de infra-estruturas hídricas com base na gestão equilibrada e integrada dos recursos hídricos.

21, Botswana — Reunião dos Ministros da Energia da SADC
Os Ministros da Energia da SADC reúnem-se anualmente para discutir os esforços para resolver a situação de energia na região, incluindo fontes de energia renováveis. A SADC enfrenta desafios em atender aos requisitos de energia há mais de uma década, devido a uma limitada capacidade de produção que não satisfaz o aumento da procura, forçando a maioria dos países a implementar programas alternativos de gestão da procura, como redução do fornecimento da corrente eléctrica.

Julho

10-18, Ruanda — 27a Cimeira da União Africana
Chefes de Estado e de Governo africanos vão se reunir na sua Cimeira anual e irão eleger o novo Presidente para a Comissão da UA para substituir a Dra. N. Dlamini-Zuma, que vai deixar o cargo.O candidato da SADC para este posto é a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Botswana, Pelonomi Venson-Moitoi.

14, Tanzânia — 18a Reunião Executiva da RERA
Os reguladores da energia de Estados Membros da SADC vão se reunir para discutir a harmonização das políticas, legislação, normas, regulamentação e melhor práticas. A RERA é uma associação de reguladores de energia e funciona como uma plataforma para a cooperação entre os reguladores na região da SADC.

Agosto

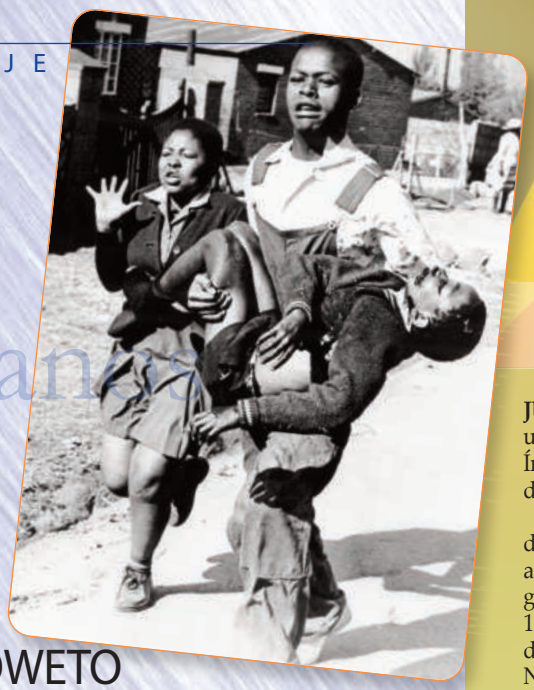
3, África do Sul — Eleições dos Governos Locais
A África do Sul vai realizar eleições municipais para eleger os conselheiros para os próximos cinco anos. O Governo local na África do Sul é composto por oito municípios metropolitanos, 44 municípios distritais e 207 municípios.

11, Zâmbia — Eleições Gerais
Os Zambianos vão às urnas para escolher uma nova liderança para os próximos cinco anos, incluindo o Presidente, deputados e vereadores. De acordo com uma emenda constitucional aprovada em Janeiro, o candidato vencedor para o presidente deve assegurar pelo menos 50 por cento-mais-um dos voto, ao contrário do anterior sistema em que candidato com o maior número de votos era eleito, mesmo que obtivesse menos de 50 por cento do votos válidos.

22-31, Swazilândia — 36a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC
Os líderes da SADC vão se reunir nos dias 30-31 de Agosto na sua Cimeira anual para discutir questões que visam promover a integração e o desenvolvimento regional. A Cimeira é precedida por reuniões de altos funcionários de 22-24 Agosto e do Conselho de Ministros, nos dias 26-27 de Agosto. O Rei Mswati III da Swazilândia vai assumir a liderança da SADC do Presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana.

21-27, Swazilândia — Semana da Industrialização da SADC
Esta é uma exposição de uma semana alinhada à Cimeira da SADC na Swazilândia. O Secretariado da SADC vai trabalhar com o sector privado e parceiros estratégicos para mostrar e divulgar as cadeias de valor existentes e potencialidades para a industrialização

23-26, RDC — 47º Comité de Gestão do SAPP
O encontro é realizado anualmente e reúne líderes de empresas de energia e representantes governamentais nos 12 Estados Membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral para discutir questões importantes de gestão da rede eléctrica regional e fornecimento de energia.



40 ANOS
RECORDANDO SOWETO

HÁ QUARENTA anos, a 16 de Junho de 1976, ocorreu um incidente na África do Sul que mudou a face da luta pela liberdade política e emancipação do sistema racista de apartheid.

Naquele fatídico dia um protesto de estudantes negros africanos no subúrbio de Joanesburgo, Soweto, que se insurgiam contra o governo do apartheid e a imposição do Afrikaans como meio de instrução terminou quando a polícia disparou munições reais contra eles. As autoridades do apartheid situaram o número de mortos em 95, mas outras fontes disseram que muito mais pessoas morreram, principalmente estudantes.

O incidente ganhou as manchetes internacionais e galvanizou a determinação da maioria da população negra para lutar pela liberdade. Muitos jovens deixaram o país para participar no Congresso Nacional Africano (ANC) no exílio, para continuar os seus estudos ou ir para treinamento militar.

A imagem de Mbuyisa Makhubo carregando o corpo do seu amigo de 13 anos, Hector Petersen, se tornou uma imagem icônica que simboliza a luta da juventude da África do Sul - e o início do fim do apartheid.

A fotografia, tirada por Sam Nzima, do jornal The World, apareceu em jornais e em canais de televisão de todo o mundo, o que provocou indignação e uma nova consciência que endureceu a oposição dentro e fora da África do Sul pela brutalidade das autoridades do apartheid.

Naquele dia, mais de 20.000 alunos do Soweto faziam um protesto pacífico contra a imposição de Afrikaans como a língua de ensino para alunos negros e contra a discriminação que sofriam através da "educação bantu".

O sistema de educação Bantu, que tinha sido imposto para negros sul-africanos desde 1953, era caracterizado por escolas e universidades separadas, instalações precárias, salas de aula superlotadas e professores inadequadamente treinados.

A coragem dos estudantes de Soweto em Junho de 1976 é hoje comemorado com um feriado nacional na África do Sul, Dia da Juventude, que homenageia todos os jovens que perderam as suas vidas na luta contra o apartheid e contra a educação Bantu.

Quarenta anos depois, a África do Sul reconhece a coragem dos jovens que ajudaram a pôr fim ao apartheid.

O dia 16 de Junho simboliza o papel desempenhado pelos jovens na luta para libertar a África do Sul do jugo colonial. Os jovens estavam na vanguarda na luta pela independência em todos os países África Austral, antes e depois de Soweto.

Para marcar as celebrações deste ano, vários eventos foram realizados em toda a África do Sul com as principais celebrações marcadas para Estádio Orlando, no Soweto, onde a manifestação ocorreu naquele fatídico dia em 1976. Outras actividades importantes realizadas no mês de junho incluem educação dos jovens sobre a sua história e património.

O tema para as celebrações do Dia da Juventude deste ano foi "Juventude em Movimento, África do Sul para a frente". ❐

Seychelles @40

JUNHO É um mês especial na história das Seychelles, um arquipélago composto por 115 ilhas no Oceano Índico. É o mês em que o país ganhou a independência do domínio colonial a 29 de Junho de 1976.

O mês também testemunhou a aprovação histórica da actual Constituição a 18 de junho de 1993, que viu a introdução do sistema multipartidário de governação. Para comemorar essas conquistas, em 1993 as Seychelles combinou os dois eventos e decidiram comemorá-los a 18 de Junho como o Dia Nacional. No entanto, a partir do ano passado, 2015, o Dia Nacional foi deslocado para a sua data original de 29 de Junho.

O dia 18 de Junho é agora considerado Dia da Constituição para comemorar a aprovação da actual Constituição em 1993. Neste dia, milhares de pessoas participam em eventos comemorativos, que incluem desfiles, uma feira de flores, música e um discurso presidencial.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Junho – Agosto 2016

5 Junho	Dia da Libertação	Seychelles
14 Junho	Dia da Liberdade	Malawi
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia da Constituição	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC
1 Julho	Dia de Sir Seretse Khama	Botswana
4 Julho	Dia dos Heróis	Zâmbia
5 Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
6 Julho	Dia da Independência	Malawi
	Dia de Eid al-Fitr *	Malawi, Mauritius, Tanzânia
7 Julho	Dia da Feira Industrial Saba Saba	Tanzânia
17 Julho	Aniversário do Rei	Lesotho
18 Julho	Dia do Presidente	Botswana
19 Julho	Feriado Público	Botswana
22 Julho	Aniversário do Rei Sobhuza	Swazilândia
1 Agosto	Dia dos Parentes	RDC
	Dia dos Agricultores	Zâmbia
3 Agosto	Feriado Público	África do Sul
8 Agosto	Dia dos camponeses Nane Nane	Tanzânia
	Dia dos Heróis	Zimbabwe
9 Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC**	Todos
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namibia
29 Agosto	Dia da Dança Umhlanga Reed	Swazilândia

*A data exacta depende da visualização da Lua Nova
**O dia da SADC não é um feriado público, mas assinala a assinatura do Tratado da SADC a 17 Agosto de 1992